

Universidades como Polo de Desenvolvimento Regional – Revisão da Literatura

Universities as a Pole for Regional Development - Literature Review

Fabiana Tramontin Bonho

Mestranda em Desenvolvimento Regional - Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT
fabitramontin@gmail.com

Roberto Tadeu Ramos Morais

Professor Doutor em Desenvolvimento Regional - Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT
masprm@faccat.br

Carlos Fernando Jung

Professor Doutor em Desenvolvimento Regional - Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT
jung@faccat.br

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão sistemática sobre a universidade como pólo de desenvolvimento, englobando os seus aspectos conceituais, a sua importância quanto vetor indutor de desenvolvimento regional e também local, com ênfase nas universidades públicas. Para tanto, foram selecionadas 27 publicações das plataformas Periódicas CAPES, Scielo e Google Acadêmico. Constatou-se que as universidades vêm desenvolvendo um papel fundamental nas regiões onde estão inseridas, sendo fomentadoras do desenvolvimento econômico na região, assim como, de emprego e renda para os que vivem em torno delas. Conclui-se que novas pesquisas devem ser realizadas, de modo a manter e acompanhar esta constatação e assim auxiliar para essas instituições continuem proporcionando o desenvolvimento e o crescimento econômico e social onde estão alocadas.

Palavras-chave: universidade; pólo de desenvolvimento; regional; local.

Abstract

The objective of this article is to present a systematic review about the university as a development pole, encompassing its conceptual aspects, its importance as a vector for regional and local development, with emphasis on public universities. For that, 27 publications of the CAPES, Scielo and Google Academic Periodical platforms were selected. It has been found that universities have been playing a key role in the regions where they are inserted, promoting economic development in the region, as well as employment and income for those living around them. It is concluded that new research must be carried out in order to maintain and monitor this finding and thus help these institutions continue to provide the development and the economic and social growth where they are allocated.

Key words: university; development pole; regional; local.

1. Introdução

Este trabalho visa demonstrar a importância das Instituições de Ensino Superior (IES) no desenvolvimento regional, mostrando qual a contribuição que as Universidades públicas, especificadamente, geram no local onde estão sediadas.

O interesse da pesquisa visa identificar a real importância das universidades públicas no desenvolvimento regional, como elas ajudam o desenvolvimento do seu local regional, e se, com a contribuição realizada, há crescimento econômico.

As universidades, atualmente, além da função de formar e requalificar a mão de obra nas diversas áreas do conhecimento, também buscam a melhoria na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento da região onde estão inseridas. As instituições de ensino superior são constituídas por um universo de cursos, essa diversificação contribuiu para o crescimento da sociedade, pois além de cursos normais de formação, que são específicos para os alunos matriculados, hoje a maioria possui cursos de extensão, o qual aproxima a comunidade das instituições, capacitando os cidadãos e colaborando com o crescimento geral (ROLIM e SERRA, 2010).

Além disso, o número de universidades vem crescendo nos últimos anos. Destaca-se a existência de dois tipos delas no ensino superior, de acordo com suas características: a) as instituições públicas e leigas, federais ou estaduais, ao lado de b) instituições privadas, confessionais ou não (ROLIM e SERRA, 2010).

As instituições privadas se destacaram no processo de expansão do ensino superior em virtude da incapacidade do setor público em providenciar recursos para atender às necessidades da sociedade brasileira no que se refere à formação de capital humano e tecnológico. Além disso, as instituições privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Elas são classificadas em privadas com fins lucrativos, onde sua inclinação social é regida pelo caráter empresarial e instituições privadas sem fins lucrativos, onde se classificam como instituições filantrópicas. Temos ainda, as que não têm nenhum fim lucrativo, as instituições confessionais, que são criadas por motivos confessionais e ideológicos e as instituições comunitárias, que têm em seus colegiados representantes da comunidade (ROLIM e SERRA, 2010).

Já as instituições de ensino superior públicas são aquelas incentivadas pelo governo, estado ou município, sendo aquelas mantidas pelo poder público. São as instituições que tem o maior número de disputas nas vagas, isso se dá pela gratuidade e também pela qualidade do ensino. Outro fator de destaque das instituições públicas são que as concentram o maior número de produção científica brasileira (ROLIM e SERRA, 2010).

Bosi (2010) fala que a existência de uma universidade pública com qualidade ajuda a transformar o desenvolvimento de uma cidade, produzindo assim pessoas com maior conhecimento científico e também cultural, o qual os torna com maior qualidade de vida. Como as universidades públicas são entidades sem fins lucrativos, conforme Lopes (2003) comenta, as universidades públicas são os retornos dos impostos pagos pela sociedade.

Nesse contexto, quando os impostos, como forma de arrecadação pública, forem utilizados na educação, mas especificamente aqui, em investimentos nas instituições de ensino públicas, conseqüentemente, estas contribuirão com o desenvolvimento social e econômico do local no qual estão inseridas, através da interação dos problemas sociais, gerando mais conhecimentos e qualidade de ensino.

Rolim e Serra (2010, p.29) destacam que:

o papel da universidade no desenvolvimento regional vem recebendo crescente destaque nos últimos anos, sendo considerado como elemento-chave deste processo. Principalmente a territorialidade destas instituições, ou seja, suas contribuições para a região em que estão inseridas. De acordo com o referido autor, a universidade é um fator ativo para o desenvolvimento regional em diversos aspectos, inclusive econômico.

Para ser fonte de desenvolvimento as universidades precisaram promover ações internas e externas a ela, destacando os projetos de extensão como dispositivo que podem favorecer socialmente e economicamente no desenvolvimento dessas localidades. Existem diversas maneiras que a universidade pública pode intervir na sociedade onde está inserida, podendo ser: através de projetos sociais, estimulando projetos já existentes, criando novos; criando e incentivando as incubadores de empresas cooperativas para auxiliarem os pequenos empreendedores, através de projetos de extensão que envolvam a comunidade e os capacitando para uma mão de obra específica (PENA JÚNIOR e VALÉRY, 2006).

As instituições de ensino superior para Rolim e Serra (2010, p.31) podem ser consideradas como:

importante vetor em termos de educação, cultura, saúde, bem-estar e fatores econômicos; para tanto, é fundamental que estejam inseridas de maneira efetiva nas regiões em que pertencem. Este autor pontua que muitas IES têm aprimorado suas contribuições para o desenvolvimento regional por meio de uma combinação multifacetada de mecanismos que, por sua vez, refletem as necessidades da região em questão. Assim, a pesquisa da relação entre as IES e suas regiões deve ser, portanto, dinâmica e utilizar uma diversidade de ferramentas.

As universidades causam um grande impacto no processo de desenvolvimento regional relacionados ao estabelecimento de vínculos e compromissos entre si, sendo que, em geral, estão voltadas para a superação das questões da região em que estão inseridas (ROLIM e SERRA, 2009).

Este artigo tem o objetivo de evidenciar as universidades como pólo de desenvolvimento regional, explicando os tipos de universidades, e focalizando mais nas universidades públicas, mostrando seu papel perante o local que esta inserida. O restante do trabalho está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, a seção 3 exhibe os resultados, a seção 4 traz a revisão da literatura e, na seção 5, conclui-se o estudo.

2. Procedimentos metodológicos

Este artigo de revisão sistemática apresenta os pensamentos de vários autores sobre a temática das universidades como pólo de desenvolvimento regional. Para reunir os artigos que servem de sustentação às idéias apresentadas, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: (i) conter as expressões “universidades” ou “instituições de ensino superior” no título; (ii) conter as expressões “pólo de desenvolvimento” e “desenvolvimento regional” no título ou em qualquer parte do trabalho; (iii) ter sido publicado em língua portuguesa; (iv) ser artigo científico. Não foram estabelecidas restrições quanto ao ano de publicação.

Em uma segunda etapa, os critérios de inclusão foram aplicados sobre as seguintes bases: (i) Periódicos CAPES; (ii) Scielo; (iii) Google Acadêmico. Nas duas primeiras plataformas, foram encontrados 63 artigos que satisfizeram os requisitos estabelecidos. Após uma primeira triagem, restaram 18 para aproveitamento no presente trabalho, descartando-se os demais. Da plataforma Google Acadêmico, entre centenas de publicações relacionadas, foram utilizadas apenas 9, utilizando-se os critérios prefixados. Com base na leitura dos artigos selecionados, montou-se uma planilha para servir de base como instrumento de organização das informações a serem apresentadas no decorrer do trabalho: (i) título; (ii) autores; (iii) periódicos, (iv) palavras-chaves; (v) conceituação e tipos de universidades, (vi) históricos do ensino superior no Brasil, (vii) desenvolvimento socioeconômico, (viii) as universidades e o desenvolvimento regional e local. Na classificação dos artigos, tomou-se como referência a área de conhecimento abrangida pelo periódico em que o trabalho foi publicado.

Reunidos os dados necessários, partiu-se para a apresentação dos resultados, relacionando os pensamentos dos diferentes autores selecionados para o suporte teórico do tema em discussão. Dessa forma, pode-se afirmar que os conteúdos contemplam os seguintes aspectos: (i) entendimento dos autores quanto aos tipos de universidades e seu desenvolvimento histórico; (ii) o posicionamento quanto as universidades e o desenvolvimento da região e do local que estão inseridas. Visando a facilitar a análise dos resultados, também foi montado um gráfico demonstrativo dos anos das publicações utilizadas no presente trabalho.

3. Resultados

Quadro 1 reúne uma síntese das publicações utilizadas na revisão da literatura, seguindo ordem cronológica e relacionando cada artigo com o país em que foi realizada a pesquisa e área de conhecimento contemplada pela mesma.

Quadro 1 – Síntese das publicações no período de 2004 a 2016

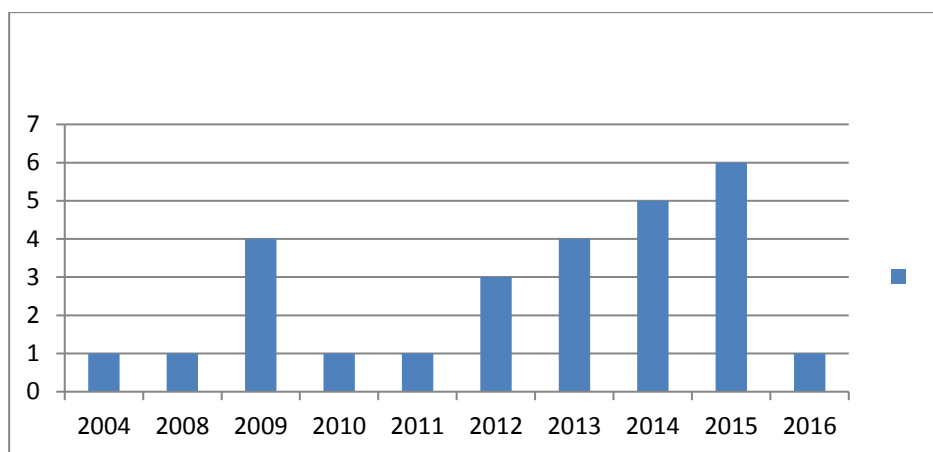
2004	GOEBEL, Márcio Alberto Goebel; MIURA, Márcio Nakayama	Brasil	Planejamento urbano e regional	B3
2008	SEVERINO, Antônio Joaquim	Brasil	Educação	A1
2009	SEVERINO, Antônio Joaquim	Brasil	Educação	A1
2009	KURESKI, Ricard; ROLIM, Cassio.	Brasil	Geografia	B2
2009	ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício.	Brasil	Economia	-
2009	ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício.	Brasil	Planejamento urbano e regional	C
2010	SAVIANI, Dermeval	Brasil	Educação	B3
2011	HOFF, Débora Nayar; SAN MARTIN, Aline Schimidt; SOPENÁ, Mauro Barcellos.	Brasil	Economia, economia regional	B3
2012	CHIARINI, Túlio; VIEIRA, Karina Pereira	Brasil	Economia	B1
2012	REGO, Maria da Conceição; CALEIRO, Antônio	Brasil	Planejamento urbano e regional	B3
2012	SOUZA, Angela Maria Andrade Marinho de.	Brasil	Gestão universitária, Ensino superior	B2
2013	COLBARI, Antonia de Lourdes	Brasil	Economia	B2
2013	FAGUNDES, Marcus Vinicius Carvalho; GIROLETTI, Domingos Antônio	Brasil	N/C	-
2013	FERREIRA, ANDRÉ; LEOPOLDI, Maria Antonieta.	Brasil	Gestão universitária	B2
2013	ROTH, Leonardo; et.al.	Brasil	Gestão universitária, Educação superior e Administração.	B2
2014	GUMBOWAKY, Argos.	Brasil	Planejamento urbano e regional	B3
2014	PENHA, Joicy Barbalho Pires; SILVA, Luciano Inácio da; SILVA, Suely Maria da; OLIVEIRA, Rita Patrícia Almeida de Oliveira.	Brasil	Ciências Humanas e Sociais	C
2014	JUNIOR, Antonio de Oliveira.	Brasil	Planejamento urbano e regional	B2
2014	WALFLOR, Marlene F. G. M; DEVAI, Orlando C.; VIEIRA, Geraldine M.R	Brasil	Planejamento urbano e regional	B5
2014	WANZINACK, Clovis; SIGNORELLI, Marcos Claudio	Brasil	Gestão Universitária; Educação superior	B2
2015	BAUMGARTNER, Wendel Henrique.	Brasil	Geografia	B1
2015	CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da; PERDIÇÃO, Claudia.	Brasil	Planejamento e políticas públicas	B2
2015	CHAI, Cassiane; MACHADO, Claralucia Prates; SCOPEL, Alexandra Mazzochi; BOHRER, Cristina.	Brasil	N/C	B2
2015	CHIARELLO, Ilze Salete	Brasil	Planejamento urbano e regional	B5

2015	LIMA, Karla Kellem de; LIMA, Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de; PASQUALETTO, Antônio.	Brasil	Planejamento urbano e regional	B4
2015	LOPES, Clécio Moreira. PASSOS, Guiomar Oliveira.	Brasil	Educação	B2
2016	OLIVEIRA, ViniciosGonchoroski; DEPONTI, Cidonea Machado.	Brasil	Planejamento urbano e regional	B2

Fonte: Autoria própria (2018)

A maior parte dos artigos tem sua publicação concentrada nos anos de 2014 (5) e 2015 (6) somando 40,74% dos trabalhos selecionados. Isso indica uma forte concentração de produções naquele período, o gráfico ainda demonstra que o tema desde 2009 tem despertado interesse dos pesquisadores em menor número, mas segue sendo pesquisado.

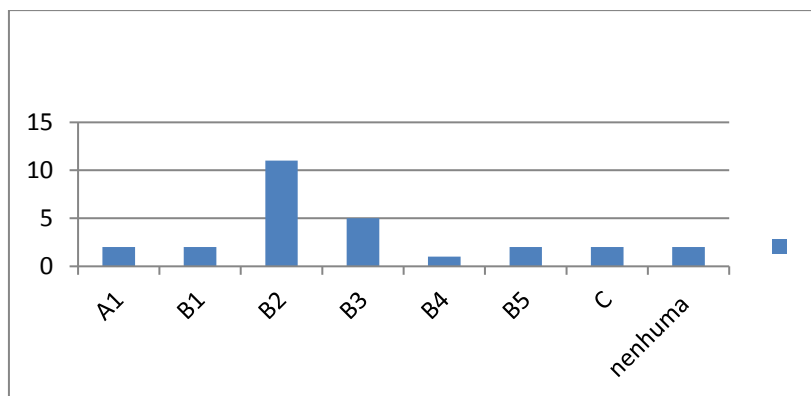
Gráfico 1 – Número de publicações por ano



Fonte: Autoria Própria (2018)

Dos artigos pesquisados destacamos o qualis de cada um, onde pode se perceber que a maioria apresenta o qualis, isto é, a classificação mantida pela Capes para qualificar os periódicos, o qual é dividido em oito estratos, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, onde A1 é o qualis mais elevado e C possui o peso zero. Nesta pesquisa a maioria dos artigos apresenta qualis B2, conforme é demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Classificação dos artigos: Qualis



Fonte: Autoria Própria (2018)

4. Análise e discussão

As universidades estão desenvolvendo um papel fundamental no desenvolvimento regional e local, atualmente, além da função de formar e requalificar a mão de obra nas diversas áreas do conhecimento, inovam com a busca de melhoria na qualidade de vida das pessoas e assim no desenvolvimento da região onde estão inseridas. Destacamos as universidades como ponto chave devido ser a instituição que cumpre todas as funções deliberadas pela Constituição de ensino superior, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Conforme Roth (2013) o ensino superior não é jovem se comparado com as origens do ensino superior que datam do século XII e XIII, a vigente estrutura do ensino superior brasileiro passa por transformações devido às recentes políticas governamentais. Durante o levantamento de informações para este trabalho, foi possível verificar que por muito tempo a maioria das IES eram públicas e com o passar dos tempos passou a ser buscado uma nova identidade, um novo modelo que deu origem as universidades privadas.

Posteriormente a Constituição de 1988 e a nova LDB de 1999 foi possível verificar um aumento de 295,62% de instituições de ensino superior privadas, neste mesmo período houve também um aumento no número de instituições públicas de 47,91% levando como base o ano de 1999. O autor ainda refere se que este aumento ocorreu devido a duas origens: a primeira está associada ao espaço deixado pelas instituições de ensino superior público que não acompanharam o aumento da demanda e a segunda, a partir das políticas adotadas na nova legislação que possibilitaram um maior investimento por parte do setor privado (ROTH, 2013).

Saviani (2010) descreve que em todo esse período que se prosseguiu até a Constituição de 1988 identifica se um seguimento representado pela primazia do modelo napoleônico de universidade na formação e expansão do ensino superior no Brasil. A começar da década de 1990 num processo que está em curso até hoje surge nova mudança determinadas pela

diferenciação do formato de organização das instituições de ensino superior modificando-se o padrão de universidade na direção do padrão anglo-saxônico na versão norte-americana. Em consequência dessa mudança reprimiu-se o processo de expansão das universidades públicas, especialmente as federais, estimulando-se o crescimento de instituições privadas com e sem fins lucrativos e, em menor proporção, das instituições estaduais. Sendo esta a política utilizada nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, o que se constatou na proposta elaborada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação apresentada em 1997.

O autor acima chega à conclusão de que é preciso modificar esse caminho fazendo com que a prioridade passe das universidades privadas para as públicas, da forma isolada para a forma universitária e dos cursos de curta duração para os de longa duração. Essa alteração é importante porque, como se sabe, as instituições públicas são responsáveis por cerca de 90% da ciência gerada no Brasil. Seus cursos possuem, pois, qualidade notoriamente superior aos das universidades particulares. Assim, o aumento das vagas nas universidades públicas, se seguida adequadamente da ampliação das instalações, das condições de trabalho e do número de docentes, ocasionará a formação de um número maior de profissionais bem qualificados. E, atendidos esses quesitos, haverá um aumento da produção científica, o que é de extrema importância para o desenvolvimento e crescimento do país.

Roth (2013) diz que a lacuna deixada pelas instituições de ensino superior público é relacionada ao baixo nível de investimento no ensino superior e por estas universidades estarem concentradas especialmente nos grandes centros, aprecia pelas dimensões continentais de nosso país. Essa lacuna deixada pelas instituições públicas gerou a formação de outro novo modelo de ensino privado, chamado de ensino confessional e comunitário.

Para Roth (2013) esse desmembramento entre públicas, privadas e confessionais e comunitárias, causou, além da expansão de vagas ofertadas uma melhor distribuição das universidades no território nacional. O novo modelo chamado de confessional/comunitário pretende, como um sistema intermediário entre o conhecimento produzido e transmitido, complementar a exigência do mercado, promovendo mão de obra qualificada para atender e solucionar os problemas sociais e econômicos relevantes da comunidade.

Assim, evidenciamos a relevância de se conhecer e compreender melhor o sistema de ensino superior brasileiro. A sua relevância refere-se diretamente com o momento econômico que o país passa e, pelo planejamento estratégico que deve ser estruturado (ROTH, 2013).

O autor acima ressalta que no cenário mundial, o Brasil é um dos países, que se destaca como um mercado em expansão que começa a despertar a atenção de grandes empresas multinacionais onde, a qualificação da mão de obra é essencial, dentro de uma visão de

sapiência competitiva. A compreensão do sistema de ensino superior, a identificação de suas deficiências e de suas qualidades e de forma antecipada, é capaz de se transformar em uma fonte de vantagem competitiva para as organizações que querem investir em nosso país confirmando a necessidade de novos estudos sobre os padrões de ensino superior brasileiro, comparando-os com as referências externas e com os incentivos e estímulos governamentais para envio de brasileiros ao exterior para qualificação e obtenção de novas competências.

Souza (2012) comenta que é importante discutir os rumos das instituições de ensino superior no Brasil, desse modo, o desempenho dos gestores acadêmicos bem como a formação e conhecimento dos novos profissionais, particularmente dos pesquisadores e escritores, considerando que a tendência é a exclusão dos mais críticos. Pois, ter um projeto de pesquisa aprovado no Brasil é algo bastante questionável, pois a sistemática adotada pelo CNPq é a avaliação pelos pares, que para a autora é um paradoxo no mínimo intrigante.

Roth (2013) complementa com a observação de que as universidades são consideradas um elemento-chave para o processo de desenvolvimento e crescimento econômico e social do país e atualmente vem obtendo forte atenção e financiamento por seu caráter crítico e inovador, auxiliam e contribuem por intermédio da educação, pesquisa científica, extensão e inovação tecnológica.

Provindo do modo indicado, estaremos promovendo o ensino à pesquisa. Entretanto, como pressupõe a Constituição Federal, as instituições de ensino superior se constituem pela inerência entre ensino, pesquisa e extensão. Portanto, além do ensino superior articulado à pesquisa, cujo objetivo é formar profissionais de nível universitário, isto é, a ampla gama de profissionais cientistas, tecnólogos e liberais de diferentes tipos, institui-se a exigência do método de estudo superior com o objetivo de proporcionar a toda a população a difusão e discussão dos grandes problemas que afetam o homem moderno (LOPES e PASSOS, 2015).

Souza (2012) diz que é notória que a locação de recursos orçamentários da União é uma demanda política. Hoje investir em pesquisa e educação é promover o desenvolvimento e o crescimento econômico e social. Porém surge um questionamento sobre qual são os interesses dos governantes em investir em desenvolvimento, baseado em estudos científicos, isto é através de pesquisas. Nesta situação, o embate da comunidade científica é precisamente garantir a existência de um conselho deliberativo com a atuação de todas as entidades científicas nacionais, para determinar a finalidade dos recursos e as diretrizes que a Universidade e os Institutos Federais assumirão neste terceiro milênio.

Corroborando Severino (2009) relata que o futuro do ensino superior brasileiro necessita de uma mudança no ensino e na extensão fundamentados na pesquisa, somente desta forma

atenderá aos desafios da atualidade. O autor chama de universidade do futuro, mas que exige investir na universidade do momento, do presente. Porém, para ele não se deve investir apenas em inserção mecânica dos refinados instrumentos das inovações tecnológicas para assegurar uma universidade de qualidade, para garantir o ingresso e o uso aprimorado dos recursos. Que toda esta inovação tecnológica deve ser entendida como uma ferramenta usual, como a um dia foi a régua e o compasso, pois elas são fundamentais na formação das pessoas. O autor comenta ainda que não há como acreditar que essas inovações tecnológicas, por mais aprimoradas que sejam, um dia irão substituir o moroso método de ensino e de aprendizagem que se transfere através da construção do conhecimento.

Os meios otimizados são fundamentais e aceitos, mas continuam sendo meios, no aguardo de quem possa investigá-los e explorá-los como sujeitos competentes, criativos e críticos, pois não há como não utilizar destes meios para auxiliar na transmissão de informações, eles são mais rápidos e também possuem uma grande eficiência no processo de compartilhamento das informações e na geração do conhecimento, uma vez que se falando de conhecimento, o importante é a formação do ser humano e não apenas a sua instrução, desta forma a pesquisa é essencial na formação do conhecimento do sujeito (SEVERINO, 2009).

Roth (2013) ressalta que nos últimos anos o Brasil já vem avançando no ranking mundial de produção de pesquisa científica, já está buscando uma posição notável na quantidade de artigos científicos publicados, assim demonstrando que o Brasil está preocupado com a pesquisa no meio das novas tecnologias e inovações.

Chiarello (2015) retoma a fala de Souza quando ele fala sobre as contribuições das universidades, a contribuição mais notória se dá quando à conexão entre as universidades, os governos e as empresas, que ele chama como modelo da Hélice Tríplice, o qual gera um crescimento do capital social, distinguindo as necessidades do mercado e assim proporcionando melhores resultados na geração de renda e também uma melhoria na qualidade de vida da sociedade a qual esta inserida.

Oliveira e Deponti (2016) confirmam a fala de Chiarello, para eles as universidades possuem uma grande capacidade transformadora da realidade social; contudo, é ingênuo considerar que, sem a cooperação propostas pelo modelo da Hélice Tríplice, onde o objetivo desta é de manter uma parceria entre os processos do Estado, das empresas e das instituições de ensino superior, pois sem esta colaboração de ambos as universidades sozinhas não conseguiriam solucionar os problemas sociais locais e regionais.

Destaca-se que é necessário o envolvimento de todos os agentes da esfera pública quanto da privada para que juntos somem recursos, estes, financeiros, capital humano, tecnologia entre

outros para proporcionar uma melhor qualidade de vida no local em que as universidades estão inseridas. Entretanto, alinhar os atores da Hélice Tríplice não é uma tarefa fácil, existe a necessidade de se criar caminhos diferentes nos quais esses agentes consigam conversar e alinhar com mais compreensão, sem tanta burocracia devido a existência de particularidades normativas, que poderão dificultar ou impossibilitar qualquer interação entre estes autores. Uma alternativa entendida como mais viável para estabelecer esta parceria entre os agentes de mudar e melhorar a realidade econômica e social seria utilizando a política pública. Em vista disso, surge a inovação como uma ferramenta de mudança favorável para o território, porém, isto acarreta um menor investimento em pesquisa e desenvolvimento o que gera uma baixa significativa de atuação das universidades em matéria de inovação (OLIVEIRA e DEPONTI, 2016).

Confirmando a constatação de Oliveira e Deponti, Lima, Lima e Pasqualetto (2015) afirmam que em consequência dessas transformações na sociedade, nas empresas e também no mundo do trabalho se faz necessário uma melhor conexão na relação dos agentes sociais, sendo eles, as empresas, os governos, e as universidades, o que proporcionará um maior desenvolvimento e crescimento tecnológico, maior competitividade, melhor valor agregado, uma melhoria na qualificação das pessoas e dos produtos, a geração de novos saberes e de práticas na gestão das universidades, das empresas e da gestão pública.

Chiarini e Vieira (2012) complementam esta percepção relatando que devemos considerar que o Brasil pode não estar gerando uma quantidade expressiva de capital humano necessários para concorrer com os mercados mundiais com alta tecnologia. Um fator que para ele é preocupante, pois o Brasil necessita de recursos humanos especializado em áreas tecnológicas, para que possa realizar concorrer com as economias mais sofisticadas. Além de que, deve se considerar a mão-de-obra em áreas como saúde e educação que são indispensáveis no cenário brasileiro, para que possa atender as deficiências sociais, que são pontos de gargalo econômico e social no país.

Através de suas pesquisas Chiarini e Vieira (2012) constatam que mesmo com limitações, a parceria entre as universidades e as empresas é vista de forma positiva pelos responsáveis. Torna-se primordial considerar as mudanças e as transformações no mundo do trabalho, as dificuldades e necessidades da população no entendimento de aperfeiçoar a profissionalização das organizações, profissionais especializados proporcionando maiores oportunidades de trabalho, a melhoria da qualidade de vida, da inserção de profissionais no mercado de trabalho, dentre outros fatores com a finalidade de gerar o desenvolvimento regional.

Para Lima, Lima e Pasqualetto (2015) as instituições de ensino superior não devem permanecer isoladas, sendo assim, a parceira dos agentes torna-se um instrumento capaz de estimular a relação com o mercado de trabalho, com a criação de novos projetos, padronização das áreas de cooperação, não só na realização de serviços essenciais e emergenciais, mas também na constituição de convênios e acordos que sejam para desenvolver um processo mais organizado, planejado e padronizado.

Corroborando com os autores, Ferreira e Leopoldi (2013) comentam que em uma região em que há o domínio de atividades tradicionais e usuais na economia, é essencial a junção entre a universidade e o agente público local para que assim consiga se realmente propagar as atividades inovadoras nas organizações da região. Nesta perspectiva convém à universidade mostrar o seu conhecimento tecnológico e de gestão, e ao agente público cabe a atribuição de ser um catalisador das demandas regionais e, concomitantemente, um líder no entendimento de empreender ações de fomento à realização de tais atividades inovadoras, contribuindo assim para o desenvolvimento regional.

Rego e Caleiro (2012) relatam que os impactos que as universidades acarretam no local onde estão inseridos são diversos, fazendo-se impactar em ambos os lados, tanto da procura quanto o lado da oferta. Ademais, esta ligação positiva entre a educação e o desenvolvimento e crescimento econômico é aceito de forma consensual. O autor destaca que uma das principais contribuições das instituições de ensino superior para o desenvolvimento das regiões, dá-se por razão do ensino, isto é, através dos formados que compõem o mercado de trabalho local, através do aperfeiçoamento da mão de obra e da qualificação do emprego da localidade e da região onde está inserida.

Baumgartner (2015) afirma que nas cidades onde estão alocadas as universidades, além de contribuírem para o desenvolvimento social, educacional e cultural, tornam-se grandes agentes econômicos e políticos e, portanto, com a participação ativa no processo de produção do espaço urbano. O autor ainda destaca que nas cidades médias e pequenas, as universidades são os maiores empregadores locais e detêm orçamentos maiores que do próprio município.

Severino (2008) relata que é preciso assegurar igualmente a teoria do conhecimento, isto é, assegurar ao estudante o comando do próprio processo de construção do conhecimento, estabelecendo-se a consciência quanto ao caráter construtivo desse processo, superando-se todas as outras crenças teóricas inalteráveis em nossa tradição filosófica e cultural, fundamentado da cultura patriarcal. Sendo o primeiro passo fundamental para que nos tornemos pesquisadores a explicitação dos processos básicos que emergem na relação sujeito e objeto

quando da atividade intelectual. Não adianta ministrar métodos e técnicas se não conhece a significação da teoria do processo investigativo.

Goebel e Miura (2004) falam sobre a importância da instituição de ensino superior relacionada a seus princípios, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, que auxilia no desenvolvimento dos capitais humanos locais e regionais, bem como prestando serviços e colaborando no desenvolvimento social e econômico na localidade que está alocada. Destaca-se dois aspectos fundamentais a serem associados ao papel das instituições de ensino superior como fator de desenvolvimento regional. O primeiro a formação de mão-de-obra qualificada acrescida da propagação de desenvolvimento tecnológico através da pesquisa e da extensão proporcionadas a comunidade em geral, o outro aspecto é o papel de incentivador e catalisador de desenvolvimento de serviços e comércios fundamentais para a existência, permanência e manutenção do meio acadêmico.

Rolim e Serra (2009) voltam a tratar a ideia da pesquisa como uma contribuição positiva das universidades. Para eles as políticas que estão sendo formadas e executadas para a região têm como objetivo essencial a ideia de que a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação serão os fatores determinantes para o desenvolvimento regional. As inovações tecnológicas são consideradas como possíveis incentivos para a economia regional e local, esses projetos detêm o apoio de todos os agentes, principalmente as universidades.

Outro aspecto, considerado como importante para Rolim e Serra (2009), é a formação do capital humano local e regional. Sendo que a maior contribuição das universidades é a qualidade do profissional que elas disponibilizam para a localidade. Desta maneira, investigar a percepção de quais são os conhecimentos e habilidades necessários para o local e a região, serão essências para a qualificação da formação geradas pelas instituições de ensino superior. A identificação dessas deficiências e necessidades precisa de um empenho de todos os agentes regionais. Será demasiado, devido ao cenário atual, que as universidades assumam a liderança na formulação de um programa de desenvolvimento para o local, estando este compromisso nas mãos das lideranças da região. As universidades vêm participando do processo, porém, os procedimentos, as técnicas e as estratégias em produção precisam evidenciar o que anseiam concretamente da universidade enquanto produtora do capital humano do local e da região e quando formadora e propagadora do conhecimento que irá beneficiar o crescimento da produção e, por conseguinte, da competitividade do instrumento produtivo regional e local. Lembrando que os atores regionais essenciais são as universidades, os agentes políticos, e as empresas que são orientadas por princípios norteadores totalmente diferentes.

Caldarelli, Camara e Perdigão, (2015) apresentam uma reflexão do caráter regional das instituições de ensino superior e dos seus papéis como atores do desenvolvimento e crescimento social e econômico, o qual ele chama como papel regional ou territorialidade das universidades. Os autores relatam que tanto a literatura quanto as políticas públicas para ciência e tecnologia têm comparado as universidades a um plano macro e a uma interação com um amplo sistema regional e nacional de inovação, o que é almejado. Apesar disso, tais universidades constituem uma região e podem contribuir de maneira importante para o desenvolvimento e o crescimento econômico e social delas. Os efeitos mostram que as universidades estão correlacionadas a uma melhora nos indicadores de geração de emprego e de renda e, logo, ao multiplicador de renda.

Hoff, San Martin e Sopena (2011) ressaltam que outros tipos de investimentos realizados pelas universidades, bem como a ampliação de suas atividades, deverão fortalecer ainda mais a noção de que a instituição de ensino superior poderá contribuir em termos endógenos para a região. Em contrapartida, novos investimentos aparecerão, alterando o perfil da economia local e regional agregando novos valores e inovações. Num prazo maior a comunidade conseguirá usufruir de maiores avanços em termos de conhecimento e consciência regional, consequência do trabalho e do compromisso social da universidade, os quais poderão realizar novas pesquisas, o que gerará novos impactos no ambiente.

Wanzinack (2014) traz pontos positivos da inserção das universidades como pólo de desenvolvimento regional. O desenvolvimento de um local não se restringe apenas ao incremento econômico ou empresarial, mas acrescenta diferenciados fundamentos, desde ambientais até culturais, projetando a conservação de recursos para as gerações futuras. Com o propósito de sistematizar um desenvolvimento em uma determinada região ou localidade, existe uma obrigação de se construir uma autonomia intrínseca que incentiva a localidade na elaboração participativa de novas ferramentas e estratégias de desenvolvimento e crescimento, fazendo com que as comunidades locais façam parte desse processo, em conjunto com os outros agentes governamentais, para uma melhor condução a um caminho de desenvolvimento local e regional.

Porém, para Baumgartner (2015) existem pontos negativos na implantação de uma universidade em uma região. A inserção de campus universitário para desenvolvimento e crescimento econômico de cidades e regiões depreciadas financeiramente esbarra em um problema comum. Pois as universidades chegam ao local sem grandes diversificações econômicas, de trabalho, de ofertas de crédito e também sem capital local acumulado, dessa forma, a comunidade local que teria capacidades de abrir novos serviços e comércios para atender as necessidades decorrentes da nova instituição não recebe os lucros do impacto

econômico direto do campus. Assim como, não dispõem de recursos financeiros, tecnológicos ou mesmo de conhecimento para desfrutar dos benefícios e incentivos oferecidos pela universidade, permanecendo desta forma numa situação econômica desfavorável, podendo perceber uma deterioração do padrão de vida, posto que a vinda de um pessoal mais capacitado e com maior renda provoca um aumento no custo de vida desta comunidade através do aumento dos custos de moradia e alimentação. Podendo desta forma, os novos serviços e comércios para suprir as necessidades das universidades serem oferecidos por empresas de fora ou por pessoas provenientes de outras localidades e regiões, que podem abrir novos negócios na cidade, contratando a população do local por baixos salários.

Desta forma, Junior (2014) comenta que as universidades desempenham um papel essencial na catalisação dos lugares regionais conduzindo os fluxos e possibilitando uma maior junção em escala territorial. As instituições de ensino superior são consideradas portadoras de um alto grau de organização e mudanças dos locais, pois impulsionam os capitais humanos e financeiros, que fomentam as economias locais e regionais. Nos dias atuais elas são os fatores de um desenvolvimento e crescimento econômico considerado em alguns casos até atrasado para algumas localidades distantes no território. Estamos perante um aspecto novo de gerar riquezas e investimentos, isto é, o conhecimento capaz de gerar inovações e riquezas territoriais. Quer dizer que o desenvolvimento não é mais sistematizado somente na capacidade e competência de recursos minerais e materiais que um território dispõe, mas também no seu capital humano, único capaz de gerar novos produtos e serviços inovadores, elencados na informação e no conhecimento. Na realidade, a atual economia não é tão nova assim, pois todo o desenvolvimento econômico e social gerado pela população até os dias atuais, independente do sistema político-econômico é efeito de investimentos em informação, conhecimento e inovação, seja decorrente da educação, ou seja, decorrente da pesquisa. O autor relembra o exemplo clássico da revolução industrial, que mostra o resultado de um investimento no conhecimento para produção de técnicas com base no conhecimento científico, mostrando que a diferença é que o recurso, neste caso o conhecimento, não é mensurável até o ponto quando se torna um produto, uma inovação.

Chiarello (2015) constata que o alicerce do desenvolvimento não se referencia somente nas questões econômicas, mas também nos fatores sociais, culturais, históricos e institucionais e outros aspectos que favorecem para o desenvolvimento e o crescimento integral e completo da população. Para esta autora o papel da universidade é decisivo no desenvolvimento regional na medida em que as relações estabelecidas pelos atores da Hélice Tríplice, as universidades, as empresas e os agentes governamentais os quais proporcionam o desenvolvimento e o

crescimento social e econômico. Destacando que a universidade é atualmente uma instituição de extrema relevância por intermediar o âmbito social e a ciência, ocupando uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação de nível superior e nos processos de inovação tecnológica, bem como de elaboração e disseminação da ciência e da cultura. A complexidade atribuída às instituições de ensino superior é decorrente do embaraçado processo histórico-social e que a diversidade resulta das inúmeras atribuições e atividades que realiza. Evidencia ainda que a possível característica a ela atribuída relaciona-se à produção sistemática de entendimentos, conhecimentos e à formação de profissionais em nível superior.

5. Conclusões

Este artigo apresentou uma revisão sistemática da universidade como pólo de desenvolvimento regional. Foram utilizados 27 artigos, encontrados nas plataformas Periódicos CAPES, Scielo e Google Acadêmico.

No desenvolver do mesmo verificou-se a importância da universidade como fomentadora do desenvolvimento econômico na região onde esta inserida, assim como, de emprego e renda para os que residem em seu redor. Restou demonstrado que em função da vinda de acadêmicos oriundos de outras localidades, que acabam residindo na cidade até a conclusão dos seus cursos, muitos serviços são ofertados para suas necessidades. Bem como a manutenção da própria instituição gera a necessidade de serviços específicos, que passam a ser ofertados pela cidade ou região gerando aumento de renda e serviços.

Percebeu-se que as universidades públicas proporcionam aos alunos uma ampla oportunidade para formação e qualificação profissional, sendo que as próprias instituições de ensino utilizam desta mão de obra, oportunizando e influenciando assim o desenvolvimento local. Com esse fortalecimento do local onde está inserida a universidade pública acontece também o desenvolvimento endógeno, o qual se dá através do crescimento econômico, relacionando à utilização, execução e valorização de recursos locais como o capital humano, o meio ambiente, entre outras variáveis, como relata Barquero (2001, p.47) “quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural”, dessa forma o local onde as universidades públicas estão inseridas promovem o desenvolvimento endógeno, pois, este local atende as necessidades e demandas através da participação ativa da comunidade envolvida.

Além disso, a universidade em si com sua oferta de ensino, pesquisa e extensão, é fator determinante no desenvolvimento dos recursos humanos locais e regionais, bem como prestando serviços e colaborando no desenvolvimento social e econômico da região. Assim a

pesquisa realizada atingiu aos objetivos previstos, mostrou o papel das universidades públicas, as contribuições e atividades que elas desenvolvem no local onde estão inseridas, e também os tipos recursos financeiros que as envolvem. Sendo assim, podemos afirmar que universidade pública é instrumento de mudança socioambiental e econômica na região onde está inserida.

As universidades causam um grande impacto no processo de desenvolvimento regional relacionados ao estabelecimento de vínculos e compromissos entre si, sendo que, em geral, estão voltadas para a superação das questões da região em que estão inseridas (ROLIM e SERRA, 2010).

Goebel e Miura (2004) destacam que os resultados econômicos financeiros das cidades onde se encontram as instituições de ensino superior estão encadeados ao processo de diversificação e qualificação do ensino, das tarefas sociais, culturais e das demais necessidades relativos à esfera acadêmica, pois favorecem o desenvolvimento, via processo de aglomeração.

Conclui-se que há existência de dois aspectos fundamentais a serem relacionados ao papel das universidades como fator de desenvolvimento regional. Uma delas é a formação de mão-de-obra qualificada acrescida do desenvolvimento tecnológico através da pesquisa e da extensão ofertado pela universidade, e a outra é o papel de gerador e incentivador de desenvolvimento de serviços necessários à existência e manutenção da universidade naquele local.

Referências

BARQUERO, AntonioVázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos**, Bahia, v. 11, n. 1, p. 91-111, jul. 2015. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12013>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BOSI, A. (coord.). **A presença da universidade pública**. Reitoria da Universidade de São Paulo, Janeiro de 2000. Disponível em:<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/a-presenca-da-universidade-publica>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da; PERDIÇÃO, Claudia. Instituições de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 44, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/479/356>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

CHAI, Cassiane; MACHADO, Clara Lucia Prates; SCOPEL, Alexandra Mazzochi; BOHRER, Cristina. Universidade empreendedora: a ótica dos empresários sobre o posicionamento empreendedor da universidade na contribuição para o desenvolvimento regional. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 57-76, Edição Especial, 2015.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n4p57>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CHIARELLO, Ilze Salete. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do Proesde. **Revista Extensão em Foco**, Paraná, v.3, n.1, p. 240-257, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicosuniarp.com.br/extensao/article/view/795>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

CHIARINI, Túlio; VIEIRA, Karina Pereira. Universidades como Produtoras de Conhecimento para o Desenvolvimento Econômico: Sistema Superior de Ensino e as Políticas de CT&I. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 66 n. 1, p. 117-132, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v66n1/v66n1a06.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

COLBARI, Antonia de Lourdes. Estratégias institucionais e construções discursivas no campo de desenvolvimento local. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.12, n.25, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2013v12n25p13>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FAGUNDES, Marcus Vinicius Carvalho; GIROLETTI, Domingos Antônio. Universidade pública e desenvolvimento regional: um estudo da contribuição da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. **Anais do II SINGEP e I S2IS**, São Paulo, p. 1-19, nov. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/558>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FERREIRA, ANDRÉ; LEOPOLDI, Maria Antonieta. A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 60-82, jan. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n1p60>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

GOEBEL, Márcio Alberto Goebel; MIURA, Márcio Nakayama. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-Pr. **Revista Expectativa**, Paraná, v.3, n.3, 2004. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

GUMBOWAKY1, Argos. Instituições de ensino superior fundacionais do Estado de Santa Catarina: compromissos com o desenvolvimento regional. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 36, dez. 2014. Disponível em: <<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/289>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

HOFF, Débora Nayar; SAN MARTIN, Aline Schimidt; SOPENÃ, Mauro Barcellos. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'ana do Livramento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

JUNIOR, Antonio de Oliveira. A universidade como pólo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.24, número especial 1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/7581>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

KURESKI, Ricard; ROLIM, Cássio. Impacto econômico de curto prazo das universidades federais na economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.117, p.29-51, jul./dez. 2009. Disponível

em:<<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/407>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LIMA, Karla Kellem de; LIMA, Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de; PASQUALETTO, Antônio. Desenvolvimento regional: as instituições de ensino superior (ies) e a interação com o distrito agroindustrial de anápolis (daia). **Baru**, Goiânia, v.1, n. 1, p. 37-55, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/4461>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LOPES. Clécio Moreira. PASSOS, Guiomar Oliveira. A contribuição das universidades estaduais (ues) para o ensino superior no Brasil. **HOLOS**, n, 31, v. 3, 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2737>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2003. Disponível em: <www.mesteco.ufba.br/scripts/db/teses/robertolopes.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

PENA JÚNIOR, A. G.; VALÉRY, F. D. **INCOOP-RN**: uma proposta de responsabilidade social e desenvolvimento local através da universidade. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Des-3.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski; DEPONTI, Cidonea Machado. A contribuição das universidades para o desenvolvimento regional: um estudo a partir da visão schumpeteriana de inovação e de desenvolvimento econômico. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 13, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/380>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PENHA, Joicy Barbalho Pires; SILVA, Luciano Inácio da; SILVA, Suely Maria da; OLIVEIRA, Rita Patrícia Almeida de. O desenvolvimento regional do Município de Vitória de Santo Antão sob a ótica da interiorização na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo de caso. **Caderno de graduação ciências humanas e sociais**, Recife, v. 1, n.3, p. 73-90, jul. 2014. Disponível em:<<https://periodicos.set.edu.br/index.php/facipehumanas/article/view/1707>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

REGO, Maria da Conceição; CALEIRO, António. Em torno do contributo das instituições de ensino superior para a dinâmica regional de crescimento econômico. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinha, v. 2, n. 2, dez. 2012. Disponível em:<<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/254>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo; SERRA, Maurício Aguiar. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: o caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, Paraná, v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/16710/11109>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. Ensino superior e desenvolvimento regional:avaliação do impacto econômico delongo-prazo. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Juiz de Fora, v.3, n.1, 2009. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/29>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. **Universidade e desenvolvimento regional**: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional. Curitiba: Juruá, 2010.

ROTH, Leonardo; et.al. A estrutura do ensino superior no Brasil. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 6, n.3 , p. 111-126, set. 2013. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n3p111>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Poiesis Pedagógica*, v.8, n.2, p.4-17, ago/dez.2010. Disponível em:<<https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 73-89, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602008000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. *Avaliação*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SOUZA, *Angela Maria Andrade Marinho de*. As instituições de ensino superior no Brasil: desafios e perspectivas para os gestores do século XXI - fundamentos em Pedro Demo e Pierre Bourdieu. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 5, n. 1, pp. 28-47, jan./fev./mar./abr. 2012. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/index>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

WALFLOR, Marlene F. G. M; DEVAI, Orlando C.; VIEIRA, Geraldine M.R. Interação interinstitucional: o caso do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) / Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o desenvolvimento regional. *Extensão em Foco*, Curitiba, n.9, p.61-78, jan/jun 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/38915>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

WANZINACK, Clovis; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Expansão do ensino superior federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral Paranaense. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 286-307, mai. 2014. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n2p286>>. Acesso em: 15 jun. 2018.